

Diário de Notícias

especial



**GRANDE
ENTREVISTA**
UM PRESIDENTE
DA REPÚBLICA
NO LIMITE DOS
SEUS PODERES
CONSTITUCIONAIS

Especial

Como aconteceu

Uma longa conversa que precisava de mais tempo

PAULO BALDAIA

Há uns largos meses, fiz o que fizeram a maioria dos jornalistas, desafiei o Presidente da República a conceder-me uma entrevista. A experiência dizia-me que tinha de procurar um ângulo diferente, algo que pudesse diferenciar o meu pedido de todos os outros. Afinal, o *Diário de Notícias* é um jornal de referência, mas o *Público* e o *Expresso* também são. A TSF é uma rádio de excelência, onde tudo ganha grande relevância. O Chefe do Estado já tinha passado pela TVI, pela SIC e pela RDP em entrevistas de pouco mais de meia hora. Sugerí a Marcelo Rebelo de Sousa uma longa conversa, para que se pudesse tratar do máximo de temas possíveis sem que fosse tudo reduzido a meia dúzia de páginas. Daí este suplemento, com 16 páginas, que ainda assim não evita que se o leitor quiser ler tudo, mas mesmo tudo, não tenha de ir a *dn.pt* porque há uma pequena parte que não coube no papel. Onde encontrar significa que tive de fazer pequenos cortes.

Estive duas horas à conversa com o Presidente da República, queria ter estado três ou quatro para que nada ficasse de fora, mas ao fim do tempo que me estava destinado percebi que nenhum tempo do mundo permitiria falar de tudo com Marcelo Rebelo de Sousa. Ele tem de contextualizar todas as respostas, prefere derivar quando não quer responder diretamente à pergunta que lhe é feita. Mas a verdade é que acaba por responder a tudo o que o tempo me permitiu perguntar.

Propus que houvesse um curto intervalo ao fim da primeira hora de entrevista, senti antecipadamente que precisava de descansar. O intervalo foi feito, mas Marcelo acabou com ele ao fim de dez segundos. Não tinha tempo a perder. Assim que a entrevista acabou, foi a correr para Mação, a intuição dele dizia-lhe que podia estar a acontecer ali algo de grave. Desta vez não houve mortes, mas a intuição do Presidente estava certa, de Mação a Nisa o país voltou a arder e a destruir dezenas de milhares de hectares. A entrevista foi realizada na terça-feira, mas por sugestão do Presidente ficou decidido, desde o início, que na véspera (ontem) de ser publicada voltaríamos a Belém para atualizar a parte em que falámos dos incêndios.

RELAÇÃO COM O GOVERNO E OS PARTIDOS. Para o Presidente, é preciso “continuar a controlar o défice, ele tem de descer”. “Quem periodicamente pensa que o caminho é a dissolução da Assembleia tem de compreender que há realmente prioridades”, porque “fatores de crise ou de instabilidade têm consequências desastrosas para a economia e para as finanças”

“Alguns eleitores de centro-direita desejaram a dissolução e desiludiram-se”

“O Presidente que leva o governo ao colo.” Esta visão do seu mandato existe sobretudo no eleitorado de centro-direita e é repetida muitas vezes por colonistas conotados com esta área política. Incomoda-o que uma parte do eleitorado que votou em si não se sinta representada?

Ora bom, vamos ver o seguinte: o Presidente da República tem um papel constitucional que eu sou suposto conhecer, não só como constituinte mas também como professor de Direito Constitucional. O papel constitucional do Presidente é o seguinte: o Presidente não tem de ter confiança política pessoal no primeiro-ministro ou nos membros do governo, tem de ter uma confiança institucional ou, se quiser, político-institucional, o que significa que o Presidente deve permanentemente garantir o respeito dos princípios fundamentais e dos direitos consagrados na Constituição e deve, ao mesmo tempo, também garantir o cumprimento de certas metas institucionais, que no caso presente são o respeito do direito internacional, o respei-

to da pertença de Portugal à NATO, da pertença de Portugal à CPLP, da pertença de Portugal às Nações Unidas e, de forma particular, da pertença de Portugal à União Europeia, implicando isso o respeito do direito europeu, económico e financeiro, concorde-se ou não com ele. O governo está à vontade de tudo fazer para o alterar, mas enquanto não for alterado tem de o cumprir. (...) Depois, se olharmos para a experiência constitucional portuguesa, veremos que olhando para todos os presidentes temos duas situações em que o Presidente interveio de forma relativamente rápida, que foi o caso do Presidente Ramalho Eanes, porque o governo do então primeiro-ministro, Mário Soares, apresentou uma moção de confiança e foi derrotado e, portanto, houve uma queda do governo e a necessidade de se formar um governo, chamemos-lhe socialista com centristas e com independentes; e foi o caso do Presidente Mário Soares, porque foi votada uma moção de censura na Assembleia da República que o levou a ter de optar entre aceitar um governo que

lhe era proposto ou dissolver o Parlamento. Nos outros dois casos, o Presidente Jorge Sampaio teve uma longa coexistência com o governo do primeiro-ministro António Guterres e, no caso do Presidente Cavaco Silva, teve uma longa coexistência, e uma coexistência a que chamou cooperação estratégica e não apenas institucional. Havia, portanto, uma confluência estratégica com o primeiro-ministro José Sócrates que dura desde o início do mandato presidencial em 2006 até perto de 2009. Temos, portanto, na prática política portuguesa, casos de presidentes que vêm de uma área política determinada e que coexistem com governos de outra área política durante um período considerável de tempo. Assim aconteceria com o Presidente Mário Soares com o primeiro-ministro Cavaco Silva durante o resto do primeiro mandato e pacificamente durante uma boa parte, ou uma parte, do segundo mandato.

No caso que me respeita, a situação é a seguinte: Portugal estava a sair do processo de défice excessivo, estava a sair, portanto, de um período crítico

muito difícil e com certas prioridades económicas e financeiras muito urgentes e muito importantes. A primeira era, naturalmente, o controlo do défice. A segunda era a de recapitalizar e consolidar o sistema bancário que, cheguei à conclusão depois de iniciar o meu mandato, se encontrava numa situação mais complexa do que aquela que eu tinha imaginado como candidato. A terceira era a de fazer tudo isto num clima, se possível, de equilíbrio das contas externas e passos para o crescimento económico, sem o qual o controlo do défice era sempre muito precário e de muito curta duração.

Isso quer dizer que esse ciclo está a chegar ao fim?

Isso significa que foi um período muito complexo que exigia estabilidade política, exigia estabilidade legislativa, exigia estabilidade fiscal, exigia a estabilidade laboral; exigia uma estabilidade essencial para, por um lado, as instituições que desconfiavam de Portugal – e eram muitas, e desconfiavam do novo governo, quando desconfiavam de Portugal desconfiavam do novo governo – deixarem de desconfiar, e estou a falar de instituições internas e internacionais, sobretudo económicas e financeiras. Era, portanto, um longo processo em que a estabilidade política era essencial. Quando, a partir do início de abril, em teoria, eu como Presidente poderia ter dissolvido a Assembleia da República – penso que alguns dos eleitores de centro-direita esperaram isso ou desejaram isso ou ansiaram por isso e, nisso, tiveram alguma desilusão –, isso estava completamente longe do meu pensamento, teria consequências dramáticas em termos do Orçamento do Estado para 2016, que chegariam a termos tais que a situação do país seria verdadeiramente desastrosa. Foi possível fazer aprovar o Orçamento para 2016, o Orçamento para 2017, e estamos agora, decorrido quase um ano e meio, com alguns desafios que são iguais e outros desafios que são novos. Quais são os iguais? Temos de continuar a controlar o défice, ele tem de descer e o governo comprometeu-se com 1,5%; temos de, além disso, acelerar o crescimento – eu já coloquei a bitola, para alguns até muito alto, porque coloquei-a na ordem dos 3% –, para ser possível cumprir os objetivos do equilíbrio externo e do equilíbrio interno. Só isso permitirá garantir o crescimento das exportações e do investimento que, por sua vez, permitem o crescimento da economia. Ao mesmo tempo, temos de resolver o que falta resolver dos chamados NPL, isto é, dos ativos problemáticos do sistema bancário. Portanto, a questão da consolidação da banca conheceu um ano, um ano e meio de passos positivos, mas há passos ainda por dar. Tudo isto continua a exigir o quê? Continua a exigir a estabilidade política. (...) Portanto, de cada vez que se pensa em fatores de crise ou de instabilidade, as pessoas têm de ter a noção exata de que isso significa – no caso português, que não é igual ao de outros países –

um período de tempo muito longo, porque entre as condições para dar qualquer passo que ponha em causa o governo que existe ou, por maioria de razão, a Assembleia que existe, a convocação de eleições, a realização de eleições, a formação de governo, a entrada em funções do governo, temos meses que, mesmo que não encavalitem com o Orçamento do Estado, têm consequências verdadeiramente desastrosas para a economia e as finanças portuguesas. Por isso eu admito, para ir à sua pergunta, que algum eleitorado de centro-direita que esperava a dissolução da Assembleia da República em abril, ou se não era em abril seria um pouco mais tarde no decurso do ano passado, ou que periodicamente pensa que esse é um caminho que se impõe, tem de compreender que há realmente prioridades nacionais e que uma prioridade nacional é esta, nossa, concreta, de natureza económica e financeira, e essa exige estabilidade política que deve apontar para o cumprimento de legislaturas. É esse o ideal.

O Presidente Cavaco Silva chamou cooperação estratégica aos primeiros anos com o governo de José Sócrates. O que é que o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa chama a esta cooperação que tem mantido com o governo?

É uma cooperação institucional em que estão bem definidas quais são algumas metas que eu já referi, das quais o governo não se deve afastar porque são compromissos internacionais mas têm consequências na economia e nas finanças portuguesas, como é evidente. É consensual a ideia de que se trataria de uma interferência indevida de um Presidente se ele afirmasse que um determinado partido devia mudar de liderança para haver uma oposição mais dinâmica. O senhor Presidente não pode dizer que o PSD deve mudar de líder, isso é evidente. Mas não é igualmente estranho que defenda que esse líder se deve manter, como fez em novembro na conferência do *Jornal de Negócios* quando defendeu a estabilidade para todos, até para a oposição e para as suas lideranças e voltando a dizer, em declarações ao *Expresso*, que Pedro Passos Coelho ainda poderia ser primeiro-ministro? Eu penso que é muito importante para este objetivo de estabilidade política, e tenho-o repetido, que a área do governo seja forte e coesa. (...)

Em relação à oposição...

Mas em relação à oposição é bom também que se reconheça que a missão da oposição não é fácil. Nós só tivemos um líder da oposição que antes tivesse sido primeiro-ministro e que tenha continuado depois de ter sido primeiro-ministro a exercer as funções de liderança, e ele foi o Dr. Mário Soares. (...) É preciso ver que o Dr. Mário Soares tinha tido um resultado eleitoral muito aquém do resultado da então Aliança Democrática. Aqui, o líder do PSD, o Dr. Pedro Passos Coelho, teve um resultado como líder de coligação superior ao resultado do Partido Socialista, que veio



“A prioridade nacional é de natureza económica e financeira e exige estabilidade política que deve apontar para o cumprimento de legislaturas. É esse o ideal”

a formar governo e que está no governo, e, portanto, tinha de fazer essa experiência de passagem à oposição ficando no Parlamento, intervindo no Parlamento. Tenho de reconhecer que é uma tarefa muito difícil, uma tarefa muito complexa para quem foi primeiro-ministro em quatro anos e meio tão exigentes como aqueles que o governo teve de defrontar durante a crise.

Considera que o PSD deve manter esta liderança, sendo certo que val ter um congresso em 2018?

Não, não. Eu penso o seguinte: é fundamental que as oposições – pois são duas e não uma, uma vez que onde havia uma coligação passou a haver dois partidos com estratégias e posicionamentos diversos (...) – sejam fortes. Não há nada pior para um Presidente da República do que não ter dois termos de alternativa fortes. Porque no caso de existir uma situação crítica, aguda, insuperável num dos termos da alternativa, é bom ter outro termo da alternativa que possa governar o país.

Isso significa que considera que as oposições são fortes?

Não, [significa] que é fundamental que assim como a área do governo tem de fazer tudo para ser forte, também as oposições têm de fazer tudo para serem fortes. Até porque ficou claro que para ter a garantia de que vem a ser governo, o centro-direita deve apontar para a maioria absoluta, porque se ficar na maioria relativa corre o risco de haver uma solução governativa similar a esta. (...) Portanto, é importante que haja oposições fortes. Quem escolhe os líderes dos partidos são os seus militantes. Eu digo que enquanto o líder for líder é fundamental que seja forte e estável. Se os militantes querem escolher outras lideranças, são livres de o fazer. O pior erro que o Presidente da República poderia fazer era intrometer-se na vida partidária. Nós temos a experiência de outros países e temos o conhecimento teórico dessas matérias. O Presidente da República não está num plano partidário, estar a substituir-se aos partidos ou estar a intrometer-se na vida dos partidos é um erro de toda a dimensão. O que eu quis dizer foi que a liderança que existe enquanto existir pela vontade dos militantes deve ser forte e a oposição feita deve ser, como eu várias vezes disse, uma oposição vigorosa. Não sou daqueles que pensam que a oposição não deve ser vigorosa; é evidente que defendo, em certos domínios, consensos nacionais, agora fora desses domínios é bom que haja não apenas uma oposição vigorosa, como também dois termos de alternativa bem claros para o futuro do país. Dito de outra forma, eu não sou defensor da excelência do chamado bloco central, não sou. O bloco central é uma situação de emergência; quando ocorreu, ocorreu durante um período muito curto de tempo, é de concretização muito difícil, já na altura a minha posição era oposta, mas eu penso que é positivo haver para o governo do país soluções diversas sobre a economia, sobre as finanças, sobre a sociedade, sobre a política nacional.

Especial



PEDRÓGÃO GRANDE. Tem muitas interrogações que quer ver esclarecidas, mas insiste que é preciso esperar pelo fim da época dos fogos para fazer o debate sobre o que correu mal. Quanto às indemnizações às vítimas, o professor de Direito Administrativo diz que também é preciso esperar por um apuramento exato das responsabilidades do poder público, para evitar “uma multiplicação dos pedidos de indemnização em todas as circunstâncias”

“Para indemnizar é preciso apurar as responsabilidades do poder público”



seguinte: eu tenho uma prática que é a de estar em contacto com os presidentes de câmara – ainda hoje (terça-feira) aconteceu isso –, que têm problemas a enfrentar e, nas épocas de fogo, dos incêndios, são naturalmente os problemas dos incêndios. Isso aconteceu no ano passado durante o verão e aconteceu neste ano. Eu, naquele sábado, tinha telefonado, antes de ir ao Porto a um compromisso que tinha com cuidadores de doentes de Alzheimer, e falado com vários presidentes de câmara para saber da situação nos respetivos municípios. No regresso voltei a falar e impressionou-me muito o agravamento, aparentemente brutal, que tinha havido concretamente em Pedrógão Grande (...). Fiquei tão impressionado – sabe que isto é um problema de intuição – com aquilo que foi a reação do presidente, esta reação, diferente das conversas anteriores, que decidi imediatamente seguir para lá.

Nessa altura ainda não sabia que havia mortos?

Não, naquela altura sabia-se que havia um ou dois desaparecidos, um ou dois mortos, imaginava-se que andasse por aí. O senhor secretário de Estado da Administração Interna ia à frente, tinha partido um pouco antes, e eu estive em contacto com ele. A senhora ministra da Administração Interna partiu um pouco depois e, portanto, chegou um pouco depois de mim. A chegada já foi muito atribulada porque tive de utilizar uma via de comunicação relativamente à qual a Guarda Nacional Republicana tinha dúvidas sobre a passagem, mas, enfim, foi possível passar, de uma forma complicada, mas foi possível passar; e no caminho para lá, de repente, o próprio número de vítimas aumentou substancialmente, a situação configurou-se de uma forma completamente diversa e saltou para 19 vítimas o número conhecido. Eu chego ao posto de comando que tinha sido ali montado, numa situação possível embora cheia de limitações, precisamente na sede do concelho, e há aquele abraço que se vê na televisão ao senhor secretário de Estado da Administração Interna, a que estava muito emocionado porque tinha ele próprio também, ao chegar, percebido o salto que tinha havido no agravamento da situação. Isto é preciso contextualizar. Eu tenho uma reunião no posto de comando para perceber o que se passava, são-me dados determinados elementos, de facto, e vou falar com a comunicação social. Aí digo, primeiro, “com base naquilo que me foi descrito”, tive esse cuidado de o dizer, o que passou nalguns casos na televisão, noutros não passou, o que ficou foi a frase seguinte, mas tive esse cuidado, quer dizer, isto não é uma invenção, cheguei agora de novo e fui saber o que se passava. Do posto de comando viam-se chamadas praticamente em todas as direções e tinha-se a noção de que mesmo saber o que se passava a poucos quilómetros de distância era impossível. Mais tarde soube-se que a poucos quilómetros de distância já tinha ocorrido bastante antes o que se passou naquela via de comunicação, naquela estrada que ligava a Castanheira de Pera, e, no entanto, era desconhecido. Por-

tanto disse, “com base naquilo que me foi descrito o que eu posso dizer é que se está a fazer o máximo que é possível”, o que correspondia àquilo que eu tinha recolhido ou, melhor, com os meios disponíveis aquilo que sabíamos; e acrescentei: “Acho que o fundamental agora – e essa parte também passou pouco –, nesta fase que é muito complicada, é incentivar aqueles que estão a combater, a prioridade agora é fazer face aos incêndios, é uma situação difícil...” Foi, portanto, uma palavra de estímulo. Se eu tivesse de repetir teria dito exatamente a mesma coisa.

Mas isso também passou, a questão é que depois a tragédia era de maiores dimensões do que aquilo que se conhecia...

Mas isso não se conhecia naquele momento. De tal maneira que no dia seguinte eu falo ao país, na altura com outros dados, e digo expressamente “Trata-se de uma tragédia”, como quem diz, não vale a pena desdramatizar porque não é passível de desdramatizar. Com este número de mortos é uma tragédia, e acrescento, “Há interrogações que, depois de ultrapassado este momento em que há a prioridade de combate ao fogo” – estava-se no dia seguinte, domingo –, “têm de ser respondidas”.

Essa é a questão, porque entretanto passou mais de um mês e continuam muitas perguntas sem ter resposta. No entanto, nós vemos que há uma tentativa do lado do governo e do Partido Socialista de querer reduzir aquela tragédia a uma falha do SIRESP e eu pergunto-lhe se continua a pensar o mesmo, que se fez o máximo que era possível fazer naquela altura.

A questão para mim é a seguinte: eu, poucos dias depois, num depoimento dado ao *Expresso*, digo que é preciso um apuramento cabal das razões estruturais e conjunturais que explicam esta tragédia em termos de apuramento de factos e de responsabilidades. Eu dizia que era preciso fazer esse apuramento e é preciso fazer esse apuramento. Portanto, eu nunca desdramatizei aquilo que se passou. Pelo contrário, chamei-lhe tragédia e, por outro lado, exigi o apuramento de factos e responsabilidades. Em função disso houve duas vias paralelas, chamemos-lhes assim, que começaram o apuramento de factos e responsabilidades. A primeira, que demorou algum tempo a concretizar-se, foi proposta pelo Partido Social-Democrata na Assembleia da República e traduziu-se na criação de uma comissão independente; e eu promulguei o diploma e, na altura da promulgação, disse duas coisas para ficar de bem com a minha consciência. A primeira, é que era uma solução inédita, nunca experimentada, não era uma comissão parlamentar de inquérito, não era uma comissão da responsabilidade do governo, era uma comissão de iniciativa do Parlamento, mas independente, recorrendo-se a metade dos membros designados por partidos e outra metade por reitores das universidades. A segunda observação que fiz foi que era um prazo longo, porque eram 60 dias prorrogáveis por mais 30, o que significava que o

“Nas sondagens tão depressa se está nos 70 e tal por cento de popularidade como se deixa de estar, mas o que é facto é que mesmo no eleitorado de centro-direita não encontro sinais nas sondagens de desgaste na relação direta do eleitorado com o Presidente”

Parlamento tinha, mas por iniciativa do partido liderante da oposição, escolhido uma via razoavelmente longa. Mas eu não podia deixar de promulgar porque era a via que estava ali escolhida pelo Parlamento e porque admiti que para se apurar tudo, isto é, o que têm que ver com causas estruturais, estrutura fundiária, estrutura de aplicação ou não da legislação existente, suficiência ou insuficiência, estrutura administrativa, estrutura da proteção civil, atuação naquelas circunstâncias, comunicações, tudo o resto, provavelmente para ser cabal precisava de tempo; e essa está a correr, já passou praticamente um mês, as pessoas não notam porque o tempo corre, mas já passaram vinte e tal dias desde que iniciou funções. A segunda via é o Ministério Público. Pelo próprio facto de haver vítimas, nomeadamente vítimas mortais, e também pelo facto de ter aparecido um responsável a dizer que estava convencido de que tinha havido mão criminosa, duplamente portanto, cabia ao Ministério Público abrir inquéritos correspondentes àquela situação, àquela tragédia que tinha ocorrido.

Houve uma terceira via, que foi a utilizada pelo primeiro-ministro e que foi a de fazer uma série de perguntas a organismos que são tutelados por diferentes ministérios na procura de perceber o que se passou.

Sim, sim, mas digamos que estas são as duas que estão no terreno. O Ministério Público e a comissão parlamentar independente. Esta naturalmente tratará de tudo o que houver a tratar, mas o Ministério Público tratará essencialmente da componente jurídica ou, se quiser, legal. (...) [Declarações do Presidente da República já noticiadas na quinta-feira sobre o número de vítimas. Ver mais em *dn.pt*.] Senhor Presidente, o país continua a arder no dia em que estamos a fazer esta entrevista, as reportagens, o que

Na relação difícil que parte do eleitorado de centro-direita tem consigo há um momento que pesou muito porque esse eleitorado não se revê na atuação do governo – quando em Pedrógão Grande se apressou a dizer que “o que se fez foi o máximo que se podia fazer”. Que efeito procurou que acontecesse quando estava ainda o combate a ser feito, sabíamos ainda muito pouco sobre aquele acontecimento, o que é que pretendeu com essa declaração?

Antes deixe-me ainda, em complemento à primeira pergunta, dizer o seguinte: eu não dou grande importância às sondagens, acho que as sondagens vão e vêm e tão depressa se está nos 70 e tal por cento de popularidade como se deixa de estar, mas o que é facto é que mesmo no eleitorado centro-direita, porque falou nisso, não encontro sinais nas sondagens, até agora, de desgaste na relação direta do eleitorado com o Presidente. Não quer dizer que amanhã não aconteça, é a coisa mais natural da vida. Agora o que se passou. O que se passou foi o

Especial

nos mostram todos os dias é uma população residente no interior que vive permanentemente com o coração nas mãos. Terminado o verão, terminada a época dos fogos, será tempo de rever de cima a baixo o sistema de combate aos fogos que temos?

Eu não queria estar a pronunciar-me antes das conclusões do inquérito.

Mas o inquérito é sobre Pedrógão...

Eu sei, eu sei, mas agora há uma relação necessária com aquilo que está a ser objeto de inquérito. É evidente que, pelo próprio facto de ter estado naquela madrugada onde estive, de ter estado dois dias depois lá outra vez quando ainda se estava na fase de combate aos fogos que se tinham agravado entretanto noutros municípios limítrofes, eu próprio tenho interrogações, como qualquer cidadão eu tenho interrogações e espero que venham a ser naturalmente esclarecidas em geral, umas estruturais outras conjunturais, mas que venham a ser esclarecidas por estas cuidadosas investigações em curso.

Alguns diplomas não vão chegar já, um deles percebe-se que tem que ver com questões fiscais e, obviamente, com benefícios fiscais para quem tratar da terra, o outro tem apenas um problema político, o PCP não se entendeu com o Partido Socialista...

Pois, mas eu não vou pronunciar-me sobre essa matéria.

Gravámos esta entrevista na terça-feira e atualizámo-la neste sábado. De Mação a Niza voltou a arder uma área significativa. Multiplicam-se as queixas dos autarcas à Proteção Civil.

O tempo passa e não há forma do combate correr bem. Isto é o destino?

Não. Por isso é que eu disse na terça-feira e repito hoje que é muito importante retirar as lições desta época de fogos. Tem de se apurar o que aconteceu e não apenas no caso específico de Pedrógão porque para isso há uma comissão, mas o que aconteceu ou virá a acontecer — infelizmente ainda nos falta um mês, um mês e tal de época de fogos. E é depois dessa época que tem de se fazer seriamente um balanço, o que é que estava mal estruturalmente, o que é que podia ter sido feito e não foi feito, o que é que correu menos bem na resposta aos fogos, não apenas prevenção mas também combate. Depois de tiradas as lições, ver se há uma convergência, um consenso nacional relativamente aos próximos anos. Temos ainda dois anos de legislatura, era importante que, no caso que espero que não aconteça das condições naturais serem tão adversas como neste ano, podemos poupar a experiência do ano que está em curso e isso passa por aproveitarmos todo o tempo, a partir de setembro/outubro, até à primavera do ano que vem para em conjunto ver o que é que é possível. Há coisas que não é possível fazer imediatamente...

Isso quer dizer que avalia muito negativamente o combate aos fogos neste ano?

Eu não vou fazer avaliação nenhuma, acho que é prematuro estar a fazer essa avaliação. Aliás, penso que é como quando estamos na guerra, quando es-



“Quando estamos na guerra, na fase aguda da guerra, não devemos estar a discutir a tática e a estratégia no meio dos acontecimentos”

tamos na fase aguda da guerra não devemos estar a discutir a tática e a estratégia no meio dos acontecimentos, eu sei que a política passa um bocadinho por aí mas é de bom tom guardar essas apreciações para depois. (...)

Há um outro fator a revelar uma grande desconfiança dos portugueses em relação ao Estado. Mais de um mês depois de Pedrógão, o Estado não dá sinais de estar pronto para ressarcir as famílias das vítimas. É aceitável esta demora?

Vamos lá a ver. Há aqui duas componentes, uma componente é a reconstrução e outra é olhar para as vítimas no sentido mais amplo, os mortos, já lá vamos a essa situação mais grave. Há toda uma reconstrução de vidas a fazer, essa reconstrução começou e é preciso que vá por diante e que seja acelerada. Eu próprio já disse que tencionava não só lá ir, e irei dentro de dias outras vez, mas desejava muito que pelo Natal fosse possível a todos os que perderam casa...

O senhor Presidente lá estará?

Eu lá estarei... que fosse possível que todos estivessem nas suas casas, a tentar tanto quanto possível retomar a normalidade das suas vidas. Outra questão mais complexa é a da indemnização e é mais complexa por duas razões. Primeiro porque tem de se esperar pelo apuramento de factos e responsabilidades. Segundo porque tem de se ver em que termos é que legalmente é possível. Muitas vezes se tem feito o paralelo com Entre-os-Rios, mas em Entre-os-Rios o que aconteceu foi que derrocou uma obra pública, sabendo-se logo de imediato que foi por, de forma determinante, incúria do Estado. Até podia ter sido por um fator natural irremovível, mas não. Apurou-se que havia razões acumuladas ao longo dos anos para as quais tinha sido chamada a atenção, nomeadamente por técnicos, que permitiu dizer que o Estado não tinha cuidado daquilo que era seu. Aqui estamos perante uma situação diferente, porque não estamos perante uma obra pública propriamente dita e, portanto, tem de se provar em que pontos e em que medida houve ou não falha do poder público que possa justificar uma responsabilidade objetiva. E as pessoas compreenderão que esse apuramento tem de ser feito com muito cuidado porque no futuro qualquer situação como esta, uma tragédia, e que não é apenas tragédia em relação a vidas, mas depois naturalmente também àqueles que ficaram feridos, mas também àqueles que ficaram com danos patrimoniais, o apurar exatamente por onde passa a responsabilidade do poder público é fundamental, porque senão teremos inevitavelmente uma multiplicação dos pedidos de indemnização em todas as circunstâncias.

Quer dizer que para si não faz sentido uma ação judicial coletiva contra o Estado, como revela o *Expresso* deste fim de semana, para apressar essa decisão?

Eu acho que em Portugal os cidadãos têm direitos e legitimamente podem e devem exercê-los. Eu vou receber daqui a dias, precisamente, a líder da associação de vítimas para mostrar a minha disponibilidade total para ouvir as razões. Depois, terá de se julgar à luz da lei que estiver em vigor e pelos meios jurídicos adequados até que ponto é possível ou não é possível, sobretudo dentro de que limites é possível, poder falar numa responsabilidade. Portanto, como é fácil de entender, neste momento não tomo posição sobre essa matéria, vou ouvir a posição da associação de vítimas, tenho muito presente, até porque sou professor de Direito Administrativo, quais são os pressupostos legais para haver uma indemnização, percebo que haja uma organização familiar das vítimas, percebo que haja advogados disponíveis para esse tipo de causas. Agora, penso que é inevitável, e também já não falta tanto tempo assim, porque o tempo vai correndo, é inevitável ter de esperar pelo apuramento do Ministério Público e da comissão independente, apuramentos que devem ocorrer dentro de um mês e meio, máximo dois meses.

CASO DE TANCOS. Se os chefes militares desvalorizam o material roubado e tiram conclusões, o chefe supremo das Forças Armadas diz que é preferível esperar “pelas conclusões da investigação em curso”. Se houve quem desdramatizasse o assalto aos paíóis, Marcelo Rebelo de Sousa é claro: “Eu não desdramatizo, é grave.” Este foi o caso em que o Presidente da República teve de ir aos limites dos seus poderes

“Deve-se investigar... Se há responsabilidades, tem de haver responsáveis”

O Presidente da República é o comandante supremo das Forças Armadas. Em relação ao que se passou em Tancos, o senhor Presidente esteve, aliás, muito ativo, apareceu a conduzir este dossiê, chegando a dizer que aceitava a leitura de que tinha ido até aos limites dos seus poderes. Tendo esta responsabilidade – o primeiro lugar na hierarquia das Forças Armadas –, não seria normal que o Presidente da República tivesse mais poder de intervenção no que diz respeito às Forças Armadas?

Sabe que isso foi um tema que não foi muito discutido na Constituinte, porque na Constituinte, como sabe, vivia-se um período que seria um período de transição em que o Presidente da República tinha mais poderes porque era simultaneamente presidente do Conselho da Revolução. E mais: o primeiro Presidente da República foi simultaneamente Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. A questão pôs-se mais quando houve que redistribuir os poderes na revisão constitucional de 1982. Eu, na altura, era ministro dos Assuntos Parlamentares e acompanhei essa revisão da Constituição. Logo a seguir foi votada a Lei da Defesa Nacional, uma lei orgânica, e também houve aí um debate muito intenso, e a fórmula adotada foi uma fórmula que resultou de um compromisso entre o que seria uma solução própria de democracias parlamentaristas, com maior apagamento do Chefe do Estado, e democracias presidencialistas, com um peso maior do Chefe do Estado. Ficou um compromisso, que se traduz, por exemplo, na nomeação das chefias militares sob proposta do governo, mas com nomeação pelo Presidente da República.

O Presidente da República tem alguns poderes especificamente previstos em matéria militar que foram alargados mais tarde, pontualmente, em revisão constitucional, mas o facto de ser comandante supremo das Forças Armadas não é acompanhado de um conjunto



de poderes que existem onde o sistema de governo é presidencialista e não semipresidencial. Portanto, cabe largamente ao Presidente da República interpretar o que é ser comandante supremo das Forças Armadas fora daqueles poderes que estão expressamente previstos na Constituição, daí eu dizer que fui até ao limite.

O que é que se passou naquela situação? O que se passou foi que ela ocorreu muito pouco tempo depois da tragédia de Pedrógão Grande, para simplificar, envolvendo outros concelhos limítrofes. Num período, portanto, de grande intensidade do ponto de vista político, por outro lado, respeitava a uma instituição que é fundamental na democracia portuguesa, que são as Forças Armadas. Embora já tivesse ocorrido um tipo de acontecimentos parcialmente semelhantes na nossa democracia, o que é facto é que em si mesmo é um acontecimento grave. Cá

“Cabe ao Presidente interpretar o que é ser comandante supremo das Forças Armadas”

está, é outro acontecimento que eu não desdramatizo. É grave.

Mas houve quem o fizesse.

Mas eu não o desdramatizo, é grave. É evidente que um comandante supremo das Forças Armadas não pode desdramatizar. Vamos imaginar que se tratava de entrar nos paíóis, dar uma volta e sair não levando nada. Era grave. Era grave porque não é suposto entrar e sair de instalações militares, para qualquer fim que seja, sem cumprir determinadas regras. Portanto, também aqui eu tive ocasião de dizer da primeira vez que me pronunciei, e é preciso ver o seguinte, tem-se noção da ocorrência do furto na quinta-feira, teria ocorrido de quarta para quinta, na sexta-feira eu tenho conhecimento, porque era função do comandante supremo das Forças Armadas receber essa informação, de que estava em curso um relatório preliminar que seria entregue a quem de direito no sábado. No sábado estive fora do território português porque fui a uma iniciativa da CAP [Confederação de Agricultores de Portugal] de um eurodeputado do CDS-PP em Bruxelas, regresssei à noite e a minha primeira intervenção é precisamente no domingo, no primeiro ato público que tenho, que por acaso não era o ato mais adequado para essa intervenção porque era a inauguração do novo Hospital de Santana, mas entendi que devia tê-la. À margem da inauguração faço a minha primeira intervenção – com a informação que tinha disponível, como, aliás, disse na altura –, com quatro ideias essenciais.

Primeiro, que era de exigir uma investigação cabal; depois até fui mais longe e disse “de alto a baixo, doa a quem doer”, ou uma coisa desse género. Em segundo lugar, para se evitar que de tantos em tantos anos, e recordei que o último furto tinha sido há seis anos, haja acontecimentos desta natureza, independentemente do conhecimento exato da extensão do que se tinha passado. Em terceiro lugar, apurando se é uma questão que tem alguma seme-

Especial

lhança ou não doméstica ou se tem semelhança com outros furtos de outro tipo de característica, mas que poderiam ser ou não similares noutros estados da Aliança Atlântica. Em quarto lugar, acrescente-se que se no decurso da investigação houver que tomar medidas cautelares, essas medidas jamais poderão ser punitivas ou penalizadoras e serão apenas justificadas por duas razões: salvaguardar a investigação em curso e preservar responsáveis que se poderiam ver envolvidos injustamente numa investigação de uma forma que seria, do ponto de vista da reputação, injusta.

É preciso ver que tudo isto ocorre ao mesmo tempo que eu tinha compromissos ainda relacionados com a questão dos incêndios, de maneira que vou para Tancos a partir de Castanheira de Pera. Bom, volvidos dois dias, decidi – e foi aí que fui até ao limite dos meus poderes – fazer uma coisa análoga à ida como Presidente da República no meio de um incêndio ao local onde ele lavra, mas aqui, se quiser, ainda mais inédito, que é ir visitar o próprio local militar, visitar a própria instalação militar, no momento em que estavam a decorrer as investigações. Poderia, mais simplesmente, esperar fechado em Belém, serenamente, não dizendo nada. Não só foi como levou o ministro da Defesa.

Naturalmente, fui acompanhado por quem devia ter ido, o senhor ministro da Defesa Nacional, o senhor secretário de Estado da Defesa Nacional, o senhor general chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o senhor general chefe do Estado-Maior do Exército. (...) Mas é completamente diferente o ouvir dizer, depois aquilo que se dizia e o ir ver *in loco*. E foi *in loco*, tal como aconteceu com os incêndios, que também fiquei com as minhas interrogações e ilações, mas valem o que valem, e que reafirmei a ideia de que tem de ser apurado tudo integralmente, porque é importante esse apuramento. No entanto, como se lembrará, o Ministério Público tinha chamado a si a intervenção por considerar que estava eventualmente sob investigação um ilícito criminal sobre o qual lhe competia naturalmente instaurar um inquérito, socorrendo-se do apoio da Polícia Judiciária para além daquilo que a Polícia Judiciária Militar já tinha apurado. Portanto, continuo, nesse particular, na mesma posição, não mudei um milímetro. Na mesma posição de que tem de ser apurado o que se passou em termos de facto e de responsabilidades. Este caso foi uma humilhação para o chefe do Estado-Maior do Exército, um soco no estômago do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e um problema dos militares para o ministro da Defesa; acabou com a exoneração de cinco comandantes que, entretanto, voltaram a ser nomeados. Em matéria de responsabilidade, senhor Presidente, é igual a nada. Tinha de ser assim?

Não. Por isso é que lhe digo que é fundamental apurar o que se passou. Nós, em Portugal, temos muitas vezes a noção de que se resolve os problemas tapando o sol com a peneira. Não se resolve. A resolução dos problemas passa por quem tem de investigar, investigar até ao fim, concluir o que entende que deve concluir e, depois, apurar-se o que se passou, factos, e quem é que é responsável, responsabilidades. Eu continuo exatamente na mesma posição porque só isso vai permitir aos portugueses perceberem, para lá daquilo que foi noticiado e foi dito e foi exposto e foi objeto, naturalmente, de especulação ou de debate político, aquilo que verdadeiramente ocorreu e quais são – como eu disse logo na primeira intervenção – as grandes lições para o futuro: o que é que no futuro não pode voltar a acontecer? O quê?

E em matéria de responsabilidades, quando soubermos exatamente o que aconteceu em Pedrógão Grande, quando soubermos exatamente o que aconteceu em Tancos, é de esperar que alguém as assuma e que haja consequências?

Pois se eu digo que se deve investigar factos e responsabilidades, ou há razão para haver responsabilidades ou não há. Se há, há de haver responsáveis. Agora, é preciso esperar. Também aqui eu espero, embora tenha de se respeitar o tempo próprio do Ministério Público, que quanto mais rapidamente seja possível apurar aquilo que ocorreu, mais rapidamente os portugueses possam elucidar, resolver as dúvidas que têm nas suas cabeças.

O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas informou o país, já muitos dias depois de o assalto ter sido noticiado, que afinal parte do armamento roubado estava obsoleto e que valia poucas dezenas de milhares de euros. Quando é que esta informação chegou ao comandante supremo das Forças Armadas?

Eu espero pelas conclusões da investigação em curso. Por natureza, se realmente houve um furto é porque alguma coisa foi furtada. Há de haver o elenco de matérias furtadas e naturalmente a sua relevância, a sua importância. É isso que nós vamos saber e todos queremos saber na altura devida, não é só o comandante supremo das Forças Armadas, é o cidadão comum que quer saber.

No dia em que estamos a gravar esta entrevista, o Parlamento voltou a falar sobre esta matéria e há dúvidas sobre qual era afinal o valor...

Só me está a dar razão no sentido de que é importante, quando se diz que há uma investigação em curso, chegar-se ao fim. Eu sei que em Portugal, muitas vezes, demora tempo a chegar-se ao fim, mas tem de se chegar ao fim dessa investigação.

Mas essa precipitação é mais aceitável em jornalistas do que no chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas...

Não espera que eu comente aguardando as conclusões da investigação.

JUSTIÇA

“Levarei até aos limites dos meus poderes o magistério de influência”

Senhor Presidente, vamos olhar para a Justiça. O senhor Presidente pediu, na abertura do ano judicial, um pacto para a Justiça que tinha a novidade de que deviam ser os operadores da Justiça, eles próprios, a entender-se primeiro sobre o que é necessário fazer para reformar a Justiça. Até agora, pelo que se conhece publicamente, o único entendimento que houve...

... foi sobre custas processuais. O senhor Presidente terá informação mais fidedigna, o que pediu aos operadores da Justiça está a avançar a bom ritmo?

Eu espero receber a seguir ao verão essas entidades representativas de todos quantos têm uma relação com a Justiça portuguesa, para ver se antes da abertura do ano judicial, que neste ano será no início de janeiro, é possível ou não dar passos que se traduzam em iniciativas legislativas. Não quero ser aqui nem muito otimista nem menos otimista, mas continuo a pensar que seria muito positivo que houvesse passos dados por acordo entre entidades tão diversas, mas que têm o mesmo objetivo, que é o objetivo de uma melhor Justiça em Portugal, que fosse possível haver resultados práticos e que eles pudessem chegar ao Parlamento e que depois os partidos pudessem debater oportunamente durante a próxima legislatura. Sendo este um setor tão crucial para o desenvolvimento do país, se chegarmos a essa abertura do ano judicial em janeiro e não tiver avançado nada, o senhor Presidente...

... veremos, veremos.

... val ter de dar um puxão de orelhas? Não, não, o Presidente da República tem um magistério de influência e, portanto, deve levar até ao limite dos seus poderes o magistério de influência, e eu tentarei levá-lo até ao limite dos meus poderes.



Especial

GOVERNO E MAIORIA. Marcelo espera que o Orçamento para 2018 seja aprovado. Diz que “seria bom para o país que não houvesse a introdução de fatores críticos do ponto de vista político”, mas avisa os partidos da área da governação que “não há ninguém que possa substituir-se a eles”. Se se entenderem “têm mais hipóteses de durar”

“Têm de decidir se querem durar até ao fim da legislatura”

Por pertencer à União Europeia e à zona euro, Portugal tem obrigações a vários níveis, mas é na matéria económica e financeira que elas mais claramente se revelam. A tentativa de ter um acordo para fechar o Orçamento de 2018 antes do verão, para não contaminar o debate autárquico, falhou. Falhou porque há claras divergências entre o Partido Socialista, no governo, e o PCP e o Bloco de Esquerda; e há uma tentação muito grande de, como há bons resultados, folgar um bocadinho, gastar mais dinheiro. É necessário resistir a esta tentação?

Eu penso que tem de haver um grande equilíbrio. Isto é, eu admito que os quatro anos e meio de crise foram muito penalizadores, daí uma preocupação de repor rendimentos e de reequilibrar a vida das pessoas em setores que tinham sido muito duramente atingidos. Por outro lado, também admito que haja injustiças sociais e assimetrias e que haja mesmo necessidade em alguns setores, quanto a sistemas sociais ou quanto a necessidades de investimento público prioritário de qualidade, de ir mais longe do que se foi obviamente durante quatro anos e meio e mesmo nos Orçamentos para 2016 e para 2017. Agora, como diz, tem de haver aqui sempre uma grande preocupação, porque embora saibamos que o crescimento económico é crucial para dar sustentabilidade ao controlo das finanças públicas – é completamente diferente crescermos 1, 1,5, 2, 2,5, perto de 3 ou mais de 3% –, é evidente que tem de haver permanentemente uma preocupação de finanças sãs. Não apenas pelo cumprimento de certos imperativos europeus, mas também por uma questão de conquista cívica. (...)

Mesmo hoje entre o PCP e o Bloco há afirmações públicas de desvalorização sobre a importância do défice.

Mas não se pode esquecer que a juntar às prioridades que eu referi para este ano de 2018, e para os anos seguintes, há uma outra que tem estado a conhecer uma evolução mais favorável, mas que não deixa de ser uma preocupação pesada, que se chama dívida pública. Ela está lá, embora esteja estabilizada e com passos muito importantes como foi o pagamento substancial do empréstimo do Fundo Monetário Internacional para melhorar a taxa de juro e, portanto, para melhorar as condições que oneram as nossas finanças e, logo, a nossa economia (...) A única maneira de enfrentar esta preocupação é, por um lado, o crescimento económico, obviamente mas, por outro lado, é a manutenção de finanças sãs, porque isso permite a credibilidade que justificou, nos últimos meses, da parte dos mercados financeiros terem uma reação muito mais favorável a colocações de dívida pública portuguesa do que o que se passava há um ano, ou há nove meses, ou mesmo há sete meses.

Para sairmos do lixo onde nos colocaram vamos precisar de reduzir o valor da dívida.

“Os juízes são titulares de um órgão de soberania. CSM deve analisar direito à greve”

Nem é apenas o problema do *rating* das agências, que, obviamente, também é significativo, é a reação dos mercados. Quando os mercados começaram a admitir, para a dívida pública a curto prazo portuguesa, taxas de juro negativas, isto era um mundo novo, nunca tinha acontecido em Portugal. (...) Portanto, aqui não é uma mania dos economistas, não é uma mania dos financeiros, é uma realidade importante para as finanças e para a economia portuguesas.

No entanto, a paz social, que o senhor Presidente já referiu várias vezes, foi muito evidente no primeiro ano, ano e meio do governo e agora começou a complicar-se. Já houve greves, há greves anunciadas, há greves marcadas e, na maioria dos casos, são as corporações do Estado que, vendo que a economia está a correr melhor, querem obviamente ter melhores condições de trabalho, melhores remunerações. Esse é outro fator de pressão sobre as contas públicas. Não teme que vamos entrar de novo numa fase em que vamos ter greves permanentemente porque não há dinheiro para satisfazer o que toda a gente pede?

Não, espero que não. Espero que não porque as pessoas são realistas e, portanto, há reivindicações justas, umas mais justas do que outras.

Para quem as faz são...

Claro, para os próprios são justas e a greve é um direito. Mas se me pergunta se eu acho que se vai entrar num período de turbulência social e em que se torne impossível haver aquela estabilidade social básica para a própria estabilidade económica e financeira, aí eu não sou pessimista.

Acha que a greve – estava a falar do direito à greve e é professor de Direito Constitucional – também se aplica aos juízes?

► continua na página seguinte

Especial

Sabe que, nessa matéria, para mim os juízes são titulares de órgão de soberania. Foi isso que aprendi como constituinte e foi isso que ensinei como professor de Direito Constitucional. São titulares de órgão de soberania e, sendo titulares de órgão de soberania e que está integrado num poder diverso daquele a que corresponde o Presidente da República, é uma matéria sobre a qual eu não me pronuncio. Há um órgão, o Conselho Superior da Magistratura, que naturalmente tem uma palavra a dizer sobre a sua interpretação. Tradicionalmente, e eu vejo isso como Presidente da República, mas tenho visto também em relação ao Parlamento e em relação ao governo, há um grande pudor, e bem, em imiscuírem-se em matéria que é matéria do chamado poder judicial. Há um órgão que tem uma posição muito relevante em termos de poder judicial no que respeita ao acompanhamento daquilo que é a vida do dia-a-dia dos magistrados judiciais portugueses e, portanto, o Presidente da República, por uma questão de sensatez e de respeito à Constituição, não deve opinar e olha com muita atenção para aquilo que é a interpretação do Conselho Superior da Magistratura. Certamente que acompanharei sempre com muita importância e com muita atenção, e há um diálogo constante, nomeadamente com o presidente do Conselho Superior da Magistratura, que é o presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Há uma clara dificuldade acrescida em relação ao que tínhamos visto até aqui também nas relações do governo com o PCP e com o Bloco. Pode ter muito a ver com o facto de estarmos em campanha eleitoral para as autárquicas, mas a verdade é que diminuíram as condições de governabilidade. Isso significa que o senhor Presidente terá de aumentar a sua capacidade de influência para fazer pontes também junto da maioria parlamentar?

Bom, eu tive ocasião de dizer que o que me parecia e parece essencial no quadro do sistema político português é que, assim como as oposições devem ser fortes e vigorosas, também a área da governação deve ser coesa em termos de viabilizar a governação do país. Portanto, aproxima-se o Orçamento do Estado para 2018, o que eu espero é que haja, como resultado final das conversas sobre este Orçamento, um tipo de conclusões quanto ao entendimento dos vários parceiros que seja idêntico ao que houve nos Orçamentos do Estado para 2016 e para 2017. Seria bom para o país que não houvesse a introdução de fatores críticos do ponto de vista político, mas como imagina não depende do Presidente da República. A palavra final pertence aos partidos. Os partidos que fazem parte da área do governo têm de decidir em cada momento ao longo da legislatura se querem ou não durar até ao fim da legislatura. Se quiserem, naquilo que depender deles, têm mais hipóteses de durar; se não quiserem, não há ninguém que possa substituir-se a eles. O Presidente da República não é líder de nenhum partido, nem da área do governo nem da área da oposição.



SISTEMA FINANCEIRO. O Presidente da República mostra-se bastante mais aliviado com a evolução do sistema financeiro português. Quanto à Caixa Geral de Depósitos, pede uma solução que lhe “permita cumprir a sua missão, começando por ser viável e que, por outro lado, tenha em linha de conta o tecido social português”

“A Caixa tem de cumprir metas e de pensar nos mais deprimidos economicamente”

Muitos dos problemas do sistema financeiro foram sendo resolvidos mas há um que prevalece e que é transversal a todo o sistema, de que já falámos nesta entrevista, que é o crédito malparado. O primeiro-ministro numa entrevista ao DN e à TSF há mais de um ano chegou a anunciar a intenção de criar um veículo e depois o assunto morreu. Estamos incapazes de resolver este assunto sozinhos e precisamos que seja a Europa a resolvê-lo? Não. Aí há duas coisas diferentes, uma é que qualquer solução tem de ser obviamente concertada com a Comissão Europeia e com o Banco Central Europeu; outra coisa é o que se passou ao longo deste tempo para explicar porque é que o próprio problema foi mudando de características. No início havia que resolver peça a peça a situação de várias instituições bancárias, ou porque havia um problema de liderança interna em questão, ou porque havia problemas de liderança e de recapitalização, ou porque havia problemas de recapitalização e, depois, também de estratégia, ou porque havia problemas de venda, no caso do Novo Banco, quer dizer, houve várias situações. Durante esse longo período a situação foi muito complicada. (...) Foi-se avançando, foi ficando claro qual era mais ou menos a dimensão dos chamados NPL, que é uma expressão anglo-saxónica (*non-performing loans*) a que eu chamei em português ativos problemáticos. Há quem fale em crédito malparado, mas



é uma simplificação porque há crédito malparado de vários graus e de várias características. Foi-se apurando isso, foi-se tendo uma ideia cada vez mais clara do que isso significava e relativamente a que instituições. Havia instituições que podiam lidar com isso com um certo à-vontade porque a recapitalização lhes dava folga para enfrentar esse problema e no início, isto é há um ano, não era claro que houvesse essa recapitalização, mas houve outras que não e, portanto, foi-se apurando quanto é que era mais ou menos preciso. Depois discutiu-se se para isso era necessário ou não criar uma entidade, a que alguns técnicos chamam veículo, que fosse gerir essa realidade. Depois falou-se muito de haver quem, de fora ou de dentro mas sobretudo de fora, estivesse interessado em comprar esses ativos, naturalmente por um valor muito baixo porque temia correr riscos em relação a vários deles, e isso permitiria resolver no todo ou em parte alguns dos problemas. Caminhou-se progressivamente para uma situação, que é esta mais próxima de nós, que é a seguinte: a própria evolução do sistema bancário, as recapitalizações, e sobretudo o crescimento da economia, vão reduzindo uma parte do problema. (...) Portanto, uma parte do problema dos ativos problemáticos vai-se resolvendo com o crescimento económico, mas há outra parte que não se resolve assim tão facilmente. Começou a ser delineada uma solução envolvendo as

instituições bancárias em conjunto. Em vez de se criar uma realidade à margem, completamente à margem, das instituições bancárias, é uma realidade que é uma emanção que resulta delas. Resulta, se quiser, de uma confederação para um fim concreto; confederam-se para resolver esses problemas. Essa fórmula tem sido trabalhada ultimamente pelo governo, pelo Banco de Portugal, pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu e, por isso, deixou de se falar em fórmulas que eram as fórmulas que pareciam as mais tentadoras há um ano ou há um ano e meio.

Não será muito fácil resolver o problema do Novo Banco, o presidente da Associação Portuguesa de Bancos dizia que o problema pode chegar a dez mil milhões de euros no final, portanto há aí ainda...

Naturalmente. Por isso é que eu disse que a questão destes ativos problemáticos é uma questão que ainda está como uma das prioridades ou das atenções prioritárias nos próximos tempos. Um dos problemas que havia para resolver e a que o senhor deu uma grande atenção tinha que ver com a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos que tem um acionista único que é o Estado, portanto são todos os portugueses que colocaram na Caixa cinco mil milhões de euros. Entretanto há a notícia nesta semana de que a Caixa vai cobrar comissões a uma parte significativa das 700 mil

“A questão dos ativos problemáticos do sistema financeiro ainda está como uma das prioridades dos próximos tempos”

... pessoas que até agora não pagavam, ficando de fora apenas os que tiverem mais de 65 anos e reformas inferiores a 835 euros, o que significa que há muita gente com reformas baixas que vai ter de começar a pagar para receber a reforma através da CGD. Percebe que isto tenha gerado indignação a muita gente? Faz sentido haver um banco público que depois, mesmo para pessoas com baixos recursos, se comporte de forma exatamente igual à de um banco privado? A Caixa Geral de Depósitos teve de avançar, para poder permanecer como um banco português e um banco público, para uma recapitalização e essa recapitalização teve a outra face da moeda que era a apresentação de um plano de reestruturação que permitiu essa recapitalização. A recapitali-

zação não foi fácil, nada fácil, era essencial para a sobrevivência do banco como banco português e banco público, mas foi difícil. Foi difícil em si mesma pelo montante, foi difícil pela qualificação jurídica. Para não ser considerada como uma forma de intervenção proibida pelo direito europeu, uma ajuda de Estado. Essa reestruturação tem, digamos assim, consequências e essas consequências têm que ver com a estrutura orgânica, têm que ver com o reajustamento do pessoal e têm que ver também com o relacionamento com os clientes. Eu não conheço os pormenores e, naturalmente, sou sensível no sentido em que acompanho aquilo que é, por um lado, a preocupação da administração da Caixa de cumprir uma meta para ter ali um banco forte ao serviço da economia portuguesa, mas também sou sensível sobretudo àqueles com uma situação mais deprimida do ponto de vista económico e que podem sofrer com certas medidas. Como se lembrará, num caso completamente diferente que teve que ver com a reestruturação orgânica no território continental, eu acompanhei de perto algumas situações e penso que foi possível chegar a acordo nessas situações; o que eu espero é que seja possível uma solução que também possa permitir à Caixa Geral de Depósitos cumprir a sua missão, começando por ser viável e que, por outro lado, tenha em linha de conta o tecido social português.

“O negócio da Altice não é nada melindroso politicamente, porque há regras e reguladores”

A comunicação social portuguesa vive uma crise que se faz sentir noutros pontos do mundo. É uma crise sobretudo financeira, mas é igualmente uma crise de credibilidade, multiplicaram-se as fontes de informação e é difícil distinguir o que é verdade do que não o é, as redes sociais ganharam uma importância que era impensável há poucos anos. Havendo uma crise no jornalismo, há uma crise na democracia?

É muito importante o papel da comunicação social para a sociedade democrática. Não há sociedade democrática, e nós vemos isso em inúmeras sociedades que não vou especificar, porque como Presidente da República não posso nem devo criar problemas diplomáticos nas relações com outros países, mas é evidente que não há democracia se não houver uma comunicação social livre e forte. Não há democracia, por isso eu tenho um princípio básico no meu entendimento das funções presidenciais, que é nunca me queixar da comunicação social. Há comunicação social de que se pode gostar ou gostar menos, que se pode considerar subjetivamente melhor ou pior, mas isso são juízos pessoais e quem exerce funções políticas em democracia nunca deve, nem nos melhores momentos nem nos piores, transformar a comunicação social em bode expiatório ou em razão justificativa daquilo que corre melhor ou, sobretudo, pior na sua atividade. Dito isto, daquilo que me recordo, e não vai lá assim tanto tempo, foi há um ano e meio, da minha vivência na comunicação social, e disse-o no Congresso de Jornalistas, a comunicação social portuguesa tem, de facto, constrangimentos muito fortes. Tem um mercado muito pequeno; a expansão para mercados de expressão portuguesa é complicada, é muito complicada, sob a forma de parcerias ou sob outras formas existe, mas não é fácil em termos económicos e financeiros. Em segundo lugar, a crise teve consequências em muitos casos devastadoras na nossa comunicação social. Pensou na comunicação local e regional, penso na



COMUNICAÇÃO SOCIAL. As empresas que gerem as redes sociais e os agregadores na internet alteraram as regras do jogo. “Os grupos de comunicação social têm o trabalho de chegar à informação e depois ela é sonogada num ápice por quem a divulga e não teve despesa nenhuma.” “Há países onde se criaram compensações financeiras”, lembra o Presidente, que diz que o governo está a pensar no assunto

escrita como na radiofónica, penso depois na comunicação de expressão nacional, porque se traduz obviamente em cortes de receitas e, portanto, num contexto muito limitativo para o exercício da sua atividade, e esse é um problema real para a comunicação social no nosso país, e isso não é bom para a democracia.

Sendo a primeira crise dos media uma crise financeira, sendo o setor maioritariamente privado, faz sentido falar em subsídios públicos para salvar este setor, como já se discute?

Sabe, eu estava a pensar na imprensa local e regional que, a certa altura, teve o porte pago, isto é, tratava-se de órgãos de informação que tinham tantas dificuldades para sobreviverem, mas apesar de tudo eram tão importantes para a vivência local, quando se fala em descentralização, para a relação com comunidades emigrantes, que não me repugnava, e eu defendi muito, esse tipo de apoios, que foram sendo progressivamente reduzidos. É evidente que o grande risco das subvenções públicas, pensando nos órgãos de comunicação social privados, é garantir que não há dependências. Porque a comunicação social deve ser forte, e para ser forte tem de ser livre e independente, e nada pior do que dependências públicas ou dependências também, no caso de órgãos privados em que não esteja acautelada a salvaguarda do estatuto editorial. Eu sempre dei muita importância ao estatuto editorial dos órgãos de comunicação social, porque é ele que defende, e quanto mais claro for para os leitores, ou para os ouvintes, ou para os espectadores, melhor. É ele que defende os fazedores da informação, no sentido dos jornalistas, relativamente a poderes que condicionem a sua liberdade. Agora, é verdade o que diz, o mundo mudou muito e as redes sociais e a internet introduziram características tais, nomeadamente a concentração do poder económico e financeiro a nível mundial nos grupos que intervêm na comunicação social, porque intervêm mesmo! (...) Muitos dos que conhecem as notícias conhe-

cem-nas pela internet, através desses grupos, e isso é um problema complicado. Há países onde se criaram impostos ou outras formas de compensação financeira. Eu sei, ou penso saber, que essa questão está nas preocupações do governo, o estudo dessa situação, porque é muito penalizadora para grupos de comunicação social propriamente ditos, que têm o trabalho de chegar à informação e depois ela é sonogada num ápice, num instante, por quem a divulga e não teve despesa nenhuma. Portanto, este é um problema muito complicado em que a globalização alterou muito as regras do jogo.

No meio desta crise há uma operadora de comunicações, a Altice, a oferecer 440 milhões de euros pela Media Capital, que tem na TVI o seu principal ativo, e um primeiro-ministro a criticar abertamente a empresa que está compradora. O senhor Presidente da República recebeu, aqui em Belém, delegações da Altice, da Prisa, da Media Capital, envolvidas no negócio, mais o presidente e o presidente executivo da empresa que são os principais interessados entre os concorrentes no que possa acontecer. Temos aqui pano para mangas. É um tema melindroso para o poder político?

No meu entendimento enquanto Presidente da República não é nada melindroso. Pediram para ser recebidos e eu recebo todas aquelas entidades que são representativas de realidades importantes na vida nacional. Recebo-as todas logo que possa. Ali, pediram-me as duas. Se me têm pedido outros grupos, seriam recebidos imediatamente. E não é melindroso por isto: porque há regras e reguladores, e havendo regras e reguladores, do que se trata é os reguladores aplicando as regras, no sentido amplo de princípios e regras concretas, verificarem se esses princípios e essas regras são ou não são respeitados. Portanto, o Presidente da República não pode nem deve interferir na atividade dos reguladores, que são vários porque o tipo de regulação é diferente; num caso é uma regulação mais, digamos assim, da garantia do



“É sempre bom ter os titulares dos órgãos sem estes períodos transitórios. Mas a ERC terá de deliberar assim”

pluralismo da comunicação social, outra é mais da concorrência em termos económico-financeiros. A posição é muito simples e nada melindrosa, é aguardar a decisão de quem deve decidir.

Mas pode avaliar as condições em que cada uma das entidades reguladoras funciona. No caso da ERC, cujo parecer é vinculativo, esta entidade reguladora está a funcionar no limite do aceitável, no sentido em que só tem três elementos no conselho e o mandato já terminou a 9 de novembro. Faz sentido que seja este conselho a tomar esta decisão ou era importante que os partidos chegassem a acordo para ter um novo conselho?

Primeiro ponto: era obviamente importante que tivesse havido acordo entre os partidos há muito tempo, porque esta solução é uma solução transitória desde novembro do ano passado, salvo erro. Eu sei que se costuma dizer que em Portugal o transitório é definitivo e o definitivo é transitório, mas temos de admitir que estamos quase em princípios de agosto e é um transitório muito definitivo. Não é bom. Não é bom que não tenha havido acordo até agora entre partidos, neste caso como noutros casos de designações. Segundo ponto: pelos vistos também não foi possível, mesmo neste contexto, haver a superação deste bloqueio. Era bom, era mau, que fosse superado o bloqueio, porque é evidente que se se trata de um órgão que tem normalmente cinco titulares, é preferível ter cinco a ter três. Também é certo, admito, que no momento em que se tratava de tomar uma decisão concreta era porventura o momento mais difícil para escolher pessoas, mesmo para os próprios, porque iam entrar e a primeira decisão que iam tomar iria ser uma decisão com nomes; ou seja, datada, identificada. Portanto, embora por princípio eu entendesse que é sempre bom ter o funcionamento normal dos órgãos com a designação dos titulares sem estes períodos transitórios, terá de ser nestas circunstâncias que a entidade tem de deliberar.

Especial

Donald Trump fez-se eleger presidente dos Estados Unidos da América. Esta eleição veio acrescentar um fator de grande imprevisibilidade na política internacional.

O mundo está mais perigoso ou, pelo menos, mais imprevisível com a liderança de Trump?

Não, que o mundo está imprevisível está. (...) É possível ter realmente resultados eleitorais e é possível ter decisões políticas ou até crises políticas que seis meses antes, nove meses antes, um ano antes, para o comum dos mortais seriam imprevisíveis e, nesse sentido, o mundo está mais imprevisível do que nunca. É uma das dificuldades que eu encontro em fazer política hoje – comparado com o que era fazer política há 20 anos quando fui líder do Partido Social-Democrata, ou há 30 anos quando fui membro do governo, ou há 40 anos quando fui deputado à Assembleia e dirigente partidário –, é que hoje há não só uma aceleração no tempo, há uma globalização no espaço, como há uma imprevisibilidade multiplicada. Esse é um facto. Agora pergunta-me concretamente no que respeita ao caso do novo presidente norte-americano. É evidente que o Presidente da República de Portugal não vai formular um juízo sobre o chefe de Estado de um país amigo e que é um aliado estratégico importante em termos bilaterais e multilaterais, mas é evidente que no início do mandato desta Administração havia interrogações que se colocavam e que eram importantes para Portugal. No plano bilateral é muito importante o relacionamento com os EUA em geral, e havia aspetos concretos, específicos, do relacionamento bilateral particularmente atuais. Um deles, que vinha do passado, era o encontrar formas de relacionamento bilateral que pudessem corresponder aquilo que no seu tempo a base das Lajes correspondeu no relacionamento entre os dois países. No quadro multilateral, as interrogações não eram menores, como seria a posição em termos de livre comércio internacional, nomeadamente em termos de protecionismo, com efeitos diretos na União Europeia, como seria o posicionamento relativamente à Aliança Atlântica, como seria o posicionamento relativamente a vizinhos da UE no quadro europeu, no quadro do Próximo/Médio Oriente, no quadro do Mediterrâneo, portanto do Norte de África, tudo isso eram interrogações importantes. Porque para Portugal é uma evidência a importância dos EUA na Aliança Atlântica, para Portugal é uma evidência a atualidade da Aliança Atlântica e a sua sensibilidade não apenas ao flanco leste, mas ao flanco sul, para Portugal é muito importante o envolvimento nas Nações Unidas, duplamente importante com um secretário-geral das Nações Unidas como o português António Guterres, portanto era importante saber do envolvimento norte-americano em relação às Nações Unidas.

Esta liderança norte-americana prejudica a liderança de António Guterres nas Nações Unidas?

INTERNACIONAL. Marcelo acredita na continuidade da política externa dos Estados Unidos. Sobre as relações de Portugal com Angola diz que o “interesse na convergência é tão óbvio, tão óbvio, tão óbvio”. E sobre as sanções à Venezuela recorda a forte comunidade portuguesa residente naquele país, o que nos torna um caso único na União Europeia.

As relações entre Portugal e Angola vão melhorar no futuro próximo



Eu ia chegar lá dizendo o seguinte: volvidos sete meses sobre o início de funções desta Administração, o que eu posso dizer como Presidente da República Portuguesa é que continuo a acreditar que a continuidade da política externa norte-americana é muito forte, e que essa continuidade vai estar presente no relacionamento dos EUA com a Aliança Atlântica, com a UE, no envolvimento com as Nações Unidas e também acredito, no plano das relações bilaterais, que vai haver imaginação suficiente para aprofundar essas relações bilaterais em termos que não são necessariamente iguais àqueles que existiram no passado.

Na Venezuela reside uma grande comunidade portuguesa, a situação piora de dia para dia. Já se fala em sanções, o El País já disse que Portugal era o único país que se opunha e o Ministério dos Negócios Estrangeiros já negou, dizendo que o tema nem sequer foi discutido, mas tendo em conta a dimensão da comunidade portuguesa, que com os lusos descendentes pode chegar a meio milhão, lutar contra essas sanções pode ser politicamente mais correto do que parece?

Bom, eu aqui tenho de ter, como se compreenderá, um cuidado acrescido. Porque? Porque, como disse, temos lá uma comunidade que é uma comunidade única no quadro europeu, nenhum outro país da União Europeia tem na Venezuela uma comunidade com o peso da portuguesa. Ainda agora no México, a falar com o presidente dos Estados Unidos Mexicanos, ele ficou surpreendido quando eu lhe disse o número de portugueses e lusos descendentes existentes na Venezuela. Não tinha a noção e, às vezes, quando encontro parceiros europeus e refiro o número ficam estupefactos. Estamos a falar de pessoas de carne e osso, com as suas vidas, em várias gerações, e a grande maioria com a intenção de viver na Venezuela; têm ali as suas vidas, as suas famílias, as suas posses, a ideia é viverem na Venezuela, gostam de viver na Venezuela, não querem viver noutro local. Portanto, isto significa que tudo aquilo que se disser, nomeadamente em público, sobre a matéria é de uma grande responsabilidade, porque esses nossos compatriotas olham para aquilo que é dito, em pormenor. É uma situação em que nós temos dito o quê? O senhor ministro dos Negócios Estrangeiros é de um cuidado total, total, até com um rigor jurídico notável para um não jurista. Porque cada vez que acrescenta uma palavra ou uma expressão, isso tem significado. Ainda hoje eu vi que dizia, “nós continuamos a defender um acordo genuíno”, quer dizer verdadeiro, de parte a parte, não é fingido, “que seja um acordo global, um acordo institucional” e hoje especificava, envolvendo também o calendário pré-eleitoral, quer dizer, como quem diz, tem de haver aqui um compromisso que seja não apenas no sentido de não haver agravamento do que porventura possa ha-



ver de menos positivo, mas também de entendimento conducente a uma saída para a situação vivida. Por isso, ele disse também, ainda há dias, que não chegou ainda o momento das sanções à Venezuela. Esta própria formulação é muito cuidadosa, porque significa que Portugal está solidário com a União Europeia e a UE, naturalmente, quando tiver de apreciar esta questão, apreciará através do debate entre todos os seus membros, sabendo-se que Portugal está numa situação muito específica, porque uma coisa é estar a tratar-se de problemas que são importantes para o relacionamento entre a UE e outro qualquer país sem ter lá tantos nacionais, outra coisa é tendo lá tantos nacionais. (...) É preciso que as pessoas percebam o seguinte: na situação vivida na Venezuela, como em qualquer outro país numa situação análoga, as autoridades são hipersensíveis àquilo que se diz. Nem é aquilo que se faz, é aquilo que se diz acerca da situação vivida, e a última coisa que se pode fazer é criar qualquer problema adicional aos portugueses. [Ver mais declarações do Presidente da República sobre a Venezuela nas páginas 4 e 5.]

Angola vai ter eleições agora a 23 de agosto. Durante muito tempo Portugal fez várias visitas, preparando uma visita final quer para o primeiro-ministro quer para o Presidente da República. No entre-

tanto, a visita foi adiada com o argumento officioso de que se aproximavam as eleições mas todos sabemos que o problema é uma investigação que decorre em Portugal a um vice-presidente angolano, Manuel Vicente, e que isso criou um problema diplomático. O senhor ministro dos Negócios Estrangeiros dizia que "Portugal e Angola são gémeos siameses e portanto estão condenados a entenderem-se, não vale a pena ninguém amuar". O que lhe pergunto é se nos compete a nós, Portugal, havendo uma separação de poderes, obviamente, não podendo interferir na justiça, o trabalho de desamuar quem estiver amuado nesta relação.

Esta é outra das situações em que aquilo que posso e devo dizer é o seguinte: em primeiro lugar, desde que assumi o mandato presidencial, o que retenho de testemunhos chegados do senhor presidente da República de Angola é que foi sempre muito cordial. Desde o momento das felicitações iniciais até agora que se avizinha o termo do mandato presidencial houve esse traço de cordialidade no relacionamento entre os dois presidentes. Em segundo lugar, a eleição do novo presidente angolano é uma questão dos angolanos. A terceira ideia que me parece evidente é a seguinte: este momento é um momento em que a tal imagem dos gémeos siameses pode conhecer uma melhor

"Uma coisa é estar a tratar-se de problemas de relacionamento entre a UE e outro país sem ter lá tantos nacionais, outra coisa é tendo lá tantos nacionais"

tradução no futuro próximo. Porquê? Porque pela própria situação de Portugal e pela própria situação de Angola, situação económica, financeira, social, isso já se traduziu um pouco na linha de crédito avançada pelo governo português relativamente a Angola. Há interesses comuns muito fortes, a comunidade portuguesa que se encontra em Angola, a comunidade angolana que vive em Portugal, a comunidade laboral e empresarial portuguesa que trabalha em Angola e a angolana que trabalha e que opera em Portugal; a situação das duas economias, como pode ser útil uma convergência num futuro próximo. Dito isto, é para mim muito evidente que

quem está no exercício das funções em que eu me encontro tem de olhar para a realidade sempre num prazo mais longo do que o dia seguinte ou a semana seguinte, porque os países permanecem e os titulares dos órgãos de poder político passam. Portanto, sendo assim, acho que a função de cada qual no seu momento histórico é trabalhar para esse médio e longo prazo e o que se pode fazer em termos de convergência é muitíssimo. Dir-me-á que há problemas de percurso, há questões de percurso, isso há sempre, nas relações entre Estados há sempre. Então envolvendo naturalmente a própria lógica dos Estados democráticos, os chefes de Estado podem uma coisa, os governos podem outra coisa, o poder judicial pode outra coisa e não há atropelos nem há sobreposições. Dito isto, penso que é tão óbvio o interesse dos dois Estados e dos dois povos na convergência, tão óbvio, tão óbvio, tão óbvio. Eu sou um racional que não vejo como não fazer aquilo que é óbvio, porque isso seria verdadeiramente um absurdo e aliás um absurdo durante um período limitado de tempo porque a história se encarregaria de ultrapassar esse absurdo.

Espera ir a Angola ou convidar o próximo presidente angolano a visitar Portugal?

Vamos primeiro esperar, naturalmente, a realização das eleições angolanas.

Especial

Conhece muito bem a história de cada um dos seus antecessores e as características que cada um deles teve, revê-se em alguma característica de um deles ou de alguns deles, dos que já ocuparam aqui o Palácio de Belém?

Eu penso que cada pessoa é diferente de todas as demais, é a maior riqueza da natureza humana. Mesmo com os presidentes, não há dois presidentes iguais em nenhum país do mundo e na nossa democracia não houve dois presidentes iguais. Um princípio que tenho seguido à risca é o de não comentar os meus antecessores, salvo para sublinhar aquilo que de positivo, a meu ver, tiveram em termos históricos. (...) Naturalmente, todos eles ao longo da sua carreira e, sobretudo enquanto presidentes, acabaram por revelar qualidades que me permitem, e permitem ao comum dos cidadãos, preferindo uns ou outros, realmente dizer que foram todos presidentes muito importantes e que nesse sentido entraram já na história do país por aquilo que foi o seu papel em sucessivos períodos de dez anos.

O que há de comum nesses quatro presidentes é que todos eles dissolveram a Assembleia da República para convocar eleições antecipadas, todos utilizaram a bomba atômica. Gostava de ser o primeiro Presidente da República a não ter de a utilizar?

Sabe que eu tive o cuidado, durante a minha campanha eleitoral, de dizer em que termos é que admitia ou não admitia utilizar o poder de dissolução. Tive ocasião de dizer que o primeiro requisito é que haja uma crise institucional particularmente grave; segundo, que não seja possível encontrar um governo no quadro da mesma composição parlamentar, um governo viável que passe no Parlamento; terceiro, que seja plausível, com os dados disponíveis naquele momento, que o resultado da eleição conduza ao desbloqueamento da situação que gerou a dissolução. Portanto, se me pergunta se eu gostava de evitar a bomba atômica porque o país estava em condições tais que ela era evitável, gostava. Quem é que não gosta de evitar a bomba atômica? Utiliza-se a bomba atômica só porque é imprescindível usar a bomba atômica.

A verdade é que todos os outros a utilizaram.

Pois foi, mas, como sabe, em circunstâncias que tentaram evitar ou adiar o mais possível, mas que foi impossível fazê-lo.

O seu estilo de presidência, muito próximo das pessoas, quase dessacralizando o cargo que ocupa, é muito diferente dos que o antecederam, mesmo de Mário Soares, que ainda assim era mais expansivo do que Ramalho Eanes, Jorge Sampaio e Cavaco Silva. Tem alguma figura histórica nacional ou internacional que o inspire enquanto agente político, Chefe de Estado?

Não, não. Eu sou eu, fui sempre assim, seria estranho que os portugueses, no

MARCELO E OS PRESIDENTES. Consegue fazer uma síntese muito clara sobre o que pensa de cada um dos presidentes que o antecederam (*ver em dn.pt*) e gostava de não ter de fazer o que todos fizeram (dissolver o Parlamento) porque isso significava que não tinha havido uma crise política. Vê menos televisão e prefere a informação e o comentário político. Recandidatura? Nunca, só porque todos acham que “é normal”

“Se sentir o dever ético e cívico, recandidato-me”

dia seguinte à minha posse, encontrassem uma pessoa diferente da que conheciam na véspera. De vez em quando fazem paralelos dizendo: a tradição portuguesa é, mesmo antes da República, de um monarca que é sobretudo um monarca próximo do povo, enquanto a chefia do governo é mais executiva. Outros dizem: não, é um paralelo com os primeiros presidentes da República, da República parlamentar, que tinham um estilo muito terra a terra, andavam de eléctrico, usavam transportes públicos, tinham uma vida diferente daquela que, mais tarde, veio a ser a vida do chefe de Estado no comum das Repúblicas contemporâneas. Outros fazem o paralelo com o Presidente Mário Soares, pela extroversão, pela forma como ele realmente frequentava os círculos mais diversos. Eu penso que acaba por ser, ao fim e ao cabo, apenas a maneira de ser da pessoa, a pessoa é como é, e a pior coisa que pode fazer uma pessoa neste ou noutro cargo é não ser o que é. Acaba por não ser nem carne nem peixe, quer dizer, nem é aquilo que era nem é aquilo que outros gostariam que ela fosse. É o que é. Gosta-se, não se gosta, o juízo virá no fim do mandato, faltam três anos e não sei quantos meses, à volta de sete meses, portanto daqui a três anos e sete meses os portugueses, quando olharem para trás, dirão “olha teve coisas boas, teve coisas más, foi melhor ou pior do que pensava”. Veremos...

Na televisão, tem apenas tempo para ver noticiários ou – como Barack Obama, que não perdia um episódio de *House of Cards* – tem alguma série com que se identifique, alguma coisa que não seja informação e que siga?

Devo dizer que sigo bastantes programas além, naturalmente, dos me-



ramente informativos, mas muito diversificados, programas de comentário político, programas de entretenimento. Séries menos, por uma razão muito simples: eu fico a trabalhar até muito tarde e não é muito funcional ver as séries rebobinando ou voltando atrás para as ver, mas tenho visto várias séries e algumas delas, aliás, políticas ou de teor político, mas não sou um fanático desde que estou a exercer estas funções, por falta de tempo não sou um fanático de nenhuma série.

Já disse à SIC que só em 2020 tomará a decisão de se recandidatar à Presidência da República, e eu digo assim propositadamente porque, na verdade, só em circunstâncias muito anormais é que se poderia esperar que alguém que está na Presidência com gosto chega a 2021 e não queira ficar até 2026.

Não sei porquê, não sei porquê... As pessoas acham anormal porque se habituaram a essa realidade, porque os antecessores todos se recandidataram, mas não sei porquê. A candidatura é por cinco anos e, portanto, eu já disse, no verão, por esta altura daqui a três anos, eu olharei para a realidade e pensarei assim: eu tenho um dever ético, um dever cívico, de me recandidatar ou não tenho? Porque eu candidatei-me por um dever ético e cívico, por entender naquelas circunstâncias que tinha de ser candidato, porque era aquele que estava em melhores condições para um contexto muito específico. Portanto, olhando para o contexto português da altura, verão de 2020, que é também feito de contexto internacional, mas sobretudo contexto português, [se] eu tenho o dever estrito de me candidatar, candidato-me, [se] não tenho o dever estrito de me candidatar, não me recandidato.